

A Política Externa Reativa da Rússia no Leste Europeu: Evidências a partir das ofensivas ocidentais e o caso da Moldávia

Érico Azera¹

Resumo: O objetivo do artigo é explorar a Política Externa Reativa da Rússia e seus desdobramentos em meio às rivalidades no espaço pós-soviético, das quais averiguaremos com maior atenção o caso da Moldávia. A reatividade russa se constituiu a partir das investidas geopolíticas ocidentais que, mediante a ação da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), buscou expandir sua área de influência no Leste Europeu. Sistematizando as bases da Política Externa Reativa, observamos estratégias russas no sentido de evitar o recrudescimento de sua esfera de influência. Essas estratégias são visíveis nos Estados da região, como é o caso Moldávia, que convive com os persistentes impasses da Transnístria, explorados por Moscou há décadas. O presente estudo coloca a Política Externa Russa como resultado de reações do país frente aos avanços euro-atlânticos capitaneados por atores ocidentais. Assim, destacamos a relevância da compreensão da reatividade russa em uma era de pujantes discussões sobre a geoestratégia pós-soviética.

Palavras-chave: Política Externa Reativa; Rússia; União Europeia-Organização do Tratado do Atlântico Norte; Ocidente; Moldávia; Transnístria.

¹ Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PU-C-Rio). E-mail: erico.rocha.contato@gmail.com

1 Introdução

O espaço pós-soviético se configurou como uma arena de competição entre o Ocidente e a Rússia. A dissolução da União Soviética inaugurou um período de reconfiguração da ordem política e militar no Leste Europeu, onde o Ocidente, por meio de instituições como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE), buscou expandir sua área de influência em direção aos Estados ex-soviéticos. Em resposta a essas ofensivas, a política externa russa adotou uma postura marcadamente reativa, com o objetivo de assegurar seus interesses estratégicos e conter o avanço das instituições euro-atlânticas (o chamado “eixo UE-OTAN”) em áreas que Moscou considera essenciais para seus objetivos geopolíticos (Matsaberidze, 2015). Este artigo examina as relações de disputa entre as duas esferas de influência no espaço pós-soviético desde os anos 1990 com base no que definimos por “Política Externa Reativa da Rússia”. Como amparo ao argumento central do texto, que busca trazer reflexões sobre o componente reativo da política externa russa, trazemos o caso da Moldávia e da Transnístria como uma das evidências dessa reatividade.

Diante desse cenário, o artigo tem como objetivo primordial analisar a reatividade russa, compreendendo seus pilares e mecanismos de atuação no espaço pós-soviético. Como a Rússia responde aos avanços euro-atlânticos na região? Essa pergunta serve como norteadora da discussão trazida pelo trabalho à medida que observamos uma combinação de coerção econômica e apoio a movimentos separatistas para influenciar a dinâmica política dos Estados vizinhos. Assim, justificamos a relevância do estudo em razão do crescente tensionamento geopolítico no Leste Europeu, que evidencia a necessidade de compreensão da geoestratégia europeia e suas implicações para a estabilidade regional. Consideramos aqui que a Política Externa Reativa da Rússia se manifesta como uma resposta direta ao euro-atlantismo capitaneado por atores ocidentais, apontamento este que é testado a partir da pesquisa documental conduzida e revelada ao longo do texto.

A política externa russa para o Ocidente desde os anos 1990 se pautou por uma série de respostas estratégicas ao avanço institucional euro-atlântico no Leste Europeu. Tal comportamento é constatado através da observação de um sentimento de insegurança russo que conduz a Rússia a adotar estratégias diplomáticas

e econômicas com a finalidade de influenciar Estados da vizinhança oriental europeia, como é o caso Moldávia. Diversos estudos anteriores já abordaram os antagonismos entre Ocidente e Rússia (Dibb, 2016; Kennedy, 2016; Matsaberidze, 2015; Zieba, 2018). Contudo, estes carecem de uma análise detalhada sobre a emergência da Política Externa Reativa e sua conexão com estratégias adjacentes, tais como a utilização de para-Estados com fins geoestratégicos.

Ainda que a literatura seja vasta no campo da política de defesa e militarização da Rússia no período estudado (Dibb, 2016; Manutscharjan, 2010; Mazat; Serrano, 2012; Nesvetailova, 2005), há uma lacuna na compreensão dos pilares que sustentam essa Política Externa Reativa. Considerando esses aspectos, o artigo busca preencher as lacunas e propor novas visões acerca de um tema que ganha relevância no contexto de crescentes instabilidades geopolíticas no Leste Europeu. Fornecemos, portanto, uma análise abrangente do impacto das estratégias russas sobre as aspirações euro-atlânticas no espaço pós-soviético, com o caso da Moldávia servindo de exemplo prático onde a dinâmica de antagonismo e das esferas de influência é clara.

O estudo utiliza métodos qualitativos no exame da Política Externa Reativa russa e suas manifestações. Uma pesquisa documental foi conduzida com base em documentos primários sobre as diretrizes institucionais do eixo UE-OTAN, bem como relatórios, produções acadêmicas e fontes de mídia internacional. Para além de elementos textuais, foi proposta uma coleta de dados econômicos do comércio internacional da Moldávia, visando amparar os argumentos delineados acerca da política do *stick and carrot* (Manuel, 2018; Matsaberidze, 2015; Newnham, 2011). Focamos também na seleção de diversos eventos que ilustraram a reatividade russa desde a década de 1990, como a adesão dos países bálticos à OTAN (Dempsey, 2017; Manuel, 2018), a Guerra Russo-Georgiana de 2008 (Friedman, 2008; Mouritzen; Wivel, 2012), e a crise ucraniana de 2013-2014 (Manuel, 2018; Mearsheimer, 2014; Zieba, 2018).

O artigo segue a seguinte estrutura: (1) primeiro, exploramos o contexto geopolítico posterior à dissolução da URSS e a construção das ofensivas do Ocidente e suas instituições no espaço pós-soviético; (2) segundo, detalhamos os fundamentos da Política Externa Reativa da Rússia, sistematizando-a em pilares que auxiliam na

identificação desses comportamentos; (3) terceiro, focamos no caso da Moldávia, sujeita a restrições econômicas impostas pela Rússia conforme as mudanças de governo, e o impasse da Transnístria, um para-Estado utilizado como ferramenta para a manutenção da presença da Rússia junto à Moldávia, visando embarreirar os avanços ocidentais. A conclusão aponta para uma continuidade dessas dinâmicas, especialmente ao considerarmos os crescentes tensionamentos militares.

2 Disputas Ocidente-Rússia no espaço pós-soviético

Ao longo do trabalho, reconhecemos como reativas as ações da política externa russa. Para isso, olhamos antes para a macroestrutura geoestratégica do Leste Europeu e para as disputas Ocidente-Rússia no espaço pós-soviético. Assim, identifica-se o interesse do institucionalismo ocidental em avançar sobre a Europa Oriental no pós-1991, quando houve a dissolução da União Soviética. O eixo euro-atlântico, representado principalmente pela OTAN e pela UE, observou as ex-repúblicas soviéticas como meio para que o Ocidente garantisse uma posição privilegiada ao lado da fronteira russa. Concomitantemente, a Rússia agiu de forma a restringir tais avanços ocidentais, buscando evitar a atração das nações da região para as instituições euro-atlânticas. Resumidamente, o espaço pós-soviético manteve sua importância geoestratégica como uma arena de disputa política e militar de acordo com a dicotomia Oeste-Leste e com a dinâmica de contenção do inimigo própria da Guerra Fria (Mouritzen; Wivel, 2012).

A democracia nos moldes ocidentais viria a se tornar, para os novos governos constituídos nos anos 1990, não só uma garantia de segurança nacional para os Estados do Leste Europeu, como também uma ruptura da influência russa no Leste Europeu. Em simultâneo, a introdução da agenda liberal na região levou à crença de que nações democráticas seriam mais previsíveis e menos sujeitas ao voluntarismo e às vontades particulares de grupos políticos (Zieba, 2018). A partir disso, inicia-se um processo de ação coordenada do eixo UE-OTAN e uma facilitação da adesão a essas instituições. Foram postas em prática novas dinâmicas de governança externa e esforços de promoção dos valores europeus para além dos países membros. Do ponto de vista político e econômico, o processo reflete os avanços da Europeização do Leste Europeu (Bandov; Kolman, 2018; Buller;

Gamble, 2002; Featherstone; Radaelli, 2003), visto que as mudanças pretendidas pelo Ocidente são relacionadas à promoção da democracia, estabilidade política, liberalização econômica e comercial e combate à corrupção (Tostes; Renni, 2021).

Uma das manifestações da reatividade da política externa russa se deu após a onda de alargamento da OTAN de 2004. Esta, carregada de significados simbólicos, contou com a adesão da Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia à organização norte-atlântica. Na visão do Kremlin, ficou evidente a afronta presente no ato de incorporação das três ex-repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) à OTAN e, por tal motivo, o movimento de cooperação que vinha sendo lentamente desenvolvido entre a organização e Moscou se arrefeceu significativamente (Alexeev, 2004). A expansão representava também o aumento do poder norte-americano na organização, tendo em vista que a proposta para a incorporação dos sete novos membros aceitos em 2004 foi idealizada pelos representantes dos Estados Unidos na Cúpula de Washington (1999) (Zieba, 2018). Assim, a expansão da OTAN no Leste Europeu ganhava cada vez mais conotação política. Apesar dos novos membros terem pouco a acrescentar ao contingente militar da OTAN, era extremamente positivo para a organização a sua presença no leste, em especial a possibilidade de estabelecer bases militares próximas ao território russo (Gray, 2023; OTAN, 2023a).

Em reação a esse movimento ocidental, o governo russo passou a reconsiderar sua estratégia geopolítica para a Europa, afirmando que o Ocidente estaria ignorando os interesses de Moscou através da admissão dos sete novos membros. No mesmo ano, uma resolução da Duma viria a confirmar o posicionamento reativo que ganhou a política externa russa no início do século XXI.

O documento afirma que o movimento da OTAN rumo a leste contradiz as promessas da aliança em cooperar com a Rússia em temas de contraterorismo, *peacekeeping* e em outras áreas [...] Também alerta que a Rússia revisará a promessa de limitar o número de tropas no enclave báltico de Kaliningrado, e na região noroeste de Pskov próxima à Estônia caso a OTAN tente alterar o equilíbrio político-militar na região (BBC, 2004, tradução própria).

Posteriormente, maiores avanços foram anunciados pela OTAN durante a Cúpula de Riga (2006) a partir do lançamento de três Planos de Ação para

Adesão (MAPs) para Albânia, Croácia e Macedônia do Norte. Um ano depois de Riga, durante a 43ª Conferência de Segurança de Munique (2007), Vladimir Putin acusou os EUA e o Ocidente de ambicionarem a dominação global, violar o direito internacional e militarizar as relações internacionais. Na ocasião, Putin anunciou que a Rússia iria resistir contra esses movimentos, o que se confirmaria nos anos seguintes. No período pós-2004, certas intenções do Ocidente encontraram obstáculos mesmo entre membros da organização (Zieba, 2018). Existiam propostas para a oferta de MAPs à Geórgia e à Ucrânia durante a Cúpula de Bucareste (2008), propostas estas rechaçadas por Alemanha e França. No caso, os dois países consideraram a oferta uma provocação desnecessária e um movimento antagônico explícito contra Moscou (Gray, 2023). Com base nos episódios analisados, verificamos que a resistência russa contra o expansionismo euro-atlântico se intensificou da segunda metade dos anos 2000 em diante.

A fins de exemplificação, apontamos eventos conflituosos que marcaram uma nova era para a política externa russa. São eles: (a) a Guerra Russo-Georgiana de 2008, quando a Rússia entrou no conflito entre a Ossétia do Sul e a Geórgia após ataques georgianos sobre as tropas de *peacekeeping* na região separatista (Friedman, 2008; Mouritzen; Wivel, 2012); e (b) a crise russo-ucraniana de 2013-2014, que conecta os atritos políticos internos da Ucrânia às discussões de instância internacional. Nesse caso, é interessante pontuar que enquanto o Ocidente teve êxito em atrair o governo do país para sua esfera de influência, partindo da remoção de Yanukovich da presidência ucraniana, a Rússia reagiu com a anexação da Crimeia em 2014, fornecendo também apoio aos separatistas do Donbass e aos grupos de orientação pró-russa do leste do país (Mearsheimer, 2014; Sakwa, 2015 *apud*. Zieba, 2018). Além desses eventos, vale mencionar a intervenção da OTAN contra a Sérvia em 1999, durante a Guerra do Kosovo, episódio que é mobilizado pela Rússia como uma violação da soberania sérvia e um precedente ocidental para chancelar futuras intervenções no espaço pós-soviético (International Crisis Group, 2024).

Dando seguimento cronológico à abordagem dos atritos Ocidente-Rússia, analisamos uma intensificação destes como um reflexo das medidas ocidentais de alargamento institucional e militar. Utilizando da justificativa de que o Kremlin teria interesses territoriais nos Estados bálticos, ficou decidido pela OTAN durante

a Cúpula de Gales (2014) que iniciativas de cooperação com a Rússia seriam suspensas e foi reafirmada a ideia de que a frente oriental deveria ser defendida pelos países membros (Dempsey, 2017). A decisão reflete a percepção ocidental de que havia uma ameaça russa sobre a região e, por tal motivo, em 2016 foi instaurada a *Enhanced Forward Presence* (EFP)¹, contando com um contingente de 4.530 tropas posicionadas junto à fronteira da Rússia (Dempsey, 2017). No mesmo ano, também como resultado da Cúpula de Varsóvia (2016), passou-se a discutir o aumento da assistência à Ucrânia e uma possível adesão do país à OTAN. Além disso, era visado o aumento da presença oriental da OTAN por meio de mais policiamento do espaço aéreo, do estacionamento de navios no Mar Báltico e no leste do Mediterrâneo e de exercícios militares terrestres (Speck, 2015 *apud*. Manuel, 2018).

Em reação ao movimento notadamente ofensivo por parte do eixo euro-atlântico, a Rússia decidiu militarizar a região de Kaliningrado, promover a realização de exercícios militares em Belarus (Goncharenko, 2017) e exercer maior influência política sobre os territórios ucranianos de Donetsk e Luhansk (Manuel, 2018). Os eventos acabaram por gerar um ciclo de percepção de ameaças pelas duas partes. À medida que eram percebidos avanços do Ocidente do ponto de vista do Kremlin, retaliações eram lançadas por Moscou. Da mesma forma, as reações russas eram mobilizadas pela retórica da OTAN como supostas evidências do “expansionismo de Moscou” e, assim, era reafirmada a necessidade da EFP. Tendo em vista este ciclo, é notável que o escalonamento das tensões a partir de 2014 reflete seu funcionamento, chegando ao ápice a partir do início da Guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022 (Mearsheimer, 2014).

1 Entende-se por *Enhanced Forward Presence* a criação de uma força militar de defesa e dissuasão da OTAN em países da Europa. Em se tratando do Leste Europeu, após a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, durante a Cúpula de Varsóvia (2016), ficou acordado entre os Estados membros o envio de quatro grupos multinacionais de batalha para aquelas áreas com maior probabilidade de serem atacadas pela Rússia. Os grupos se basearam na Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia, sob a liderança do Reino Unido, Canadá, Alemanha e EUA, respectivamente. No entanto, após o início da Guerra da Ucrânia em 2022, foram estabelecidos mais quatro grupos de batalha na Bulgária, Hungria, Romênia e Eslováquia (OTAN, 2023a).

3 Sustentáculos da Política Externa Reativa da Rússia

Objetivando estabelecer um padrão seguido pela política externa russa durante a presidência de Vladimir Putin (2000-2008 e 2012-presente) e Dimitri Medvedev (2008-2012), apontamos os fundamentos que reconhecemos no presente artigo como Política Externa Reativa de Moscou no Leste Europeu. Para isso, definimos três principais pilares do posicionamento russo: (a) visão defensiva frente aos avanços ocidentais; (b) aumento dos investimentos e valorização das forças armadas; e (c) a política do *stick and carrot* para os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), parte central da política externa russa. Assim, detalharemos os pontos aqui referidos e, na próxima seção, daremos destaque ao uso de para-Estados (Miarka, 2020) como recurso do Kremlin para a manutenção da figura da Rússia enquanto *hegemon* no espaço pós-soviético e como um freio aos avanços do Ocidente na região, mencionando mais especificamente o caso da região separatista da Transnístria (Devyatkov, 2012).

Em primeiro lugar, é evidente que o antagonismo Ocidente-Rússia vem se tornando cada vez mais latente. Entretanto, conforme endereçado nas demais seções, o crescente antagonismo tem raízes no imediato pós-Guerra Fria e se manifesta no posicionamento diplomático das autoridades russas. Em 2015, durante um encontro do *think-tank* Valdai em Sochi, Vladimir Putin afirmou que os EUA “promovem um sistema de dominação mundial unilateral, interferindo nas regiões de fronteira de interesse russo [...] [e] impõem a vontade do Ocidente sobre os países do Leste Europeu” (Putin, 2015 *apud*. Dibb, 2016, tradução própria). Além disso, Minkina e Kaszuba (2021) apontam que a Rússia se posiciona de forma a enxergar o apoio do Ocidente às Revoluções Coloridas como um claro indicativo das investidas euro-atlânticas sobre o espaço pós-soviético. Os autores ilustram a percepção russa de que, após o vácuo de poder deixado pela dissolução da URSS no início dos anos 1990, forças ocidentais levaram a cabo um novo estágio de expansão, que consiste em dominar as estruturas políticas, sociais e econômicas desses países.

O processo descrito é visível ao observarmos os avanços do institucionalismo UE-OTAN no Leste Europeu. O que chamamos de “visão defensiva” de Moscou perante as investidas ocidentais está, portanto, estreitamente relacionado

à ideia do Ocidente como ameaça ao poder russo na região. Fazendo referência ao Acordo 2+4 (1990)², nota-se que promessas norte-americanas em diálogos com autoridades russas foram completamente ignoradas nas seguintes décadas. O então Secretário de Estado dos EUA, James Baker, disse a Gorbachev que não haveria extensão da jurisdição da OTAN rumo a leste (Emtseva, 2022), algo que não foi formalizado no documento final do acordo mas representou para a diplomacia russa uma traição explícita por parte do Ocidente. O alargamento euro-atlântico ganhou maior intensidade a partir da instalação de bases antimíssil em países do Leste Europeu nos anos seguintes, mais uma vez em desrespeito às promessas feitas pela OTAN nas conversas do Acordo 2+4. Na ocasião, houve protestos na Europa contra tal movimento (Manuel, 2018), evidenciando que parte da sociedade ocidental enxergava-o como uma provocação clara à Rússia. Com isso, o Kremlin optou pela retirada do Tratado das Forças Convencionais da Europa (CFE) em 2007 e pediu para que o Tratado das Forças Nucleares Intermediárias (INF) fosse reconsiderado por não englobar países da Europa, mas apenas a Rússia e os EUA (Fidler; Sevastopulo, 2007). O descumprimento de promessas por parte das forças ocidentais é mobilizado nos discursos de Putin e é um dos sustentáculos da estratégia reativa da política externa russa. Durante a anexação da Crimeia, o presidente russo citou a humilhação sofrida pela Rússia em decorrência da traição da OTAN (Matsaberidze, 2015). Os pontos que serão abordados daqui em diante se relacionam de maneira direta à percepção de ameaça e à visão defensiva de Moscou frente ao Ocidente descrita neste tópico.

Em segundo lugar, é importante fazermos uma análise acerca do que representa a visão reativa russa em termos materiais-militares. Para isso, faz-se necessário observar a política de aumento nos investimentos e valorização das forças armadas por parte de Moscou. Essa estratégia coaduna com os objetivos russos de perseguir uma política externa que garanta a continuidade de sua influência sobre os países do Leste Europeu (Dibb, 2016). Mais especificamente, a Estratégia Russa de Segurança Nacional lançada durante o governo Dimitri Medvedev e detalhada

2 O Treaty on the Final Settlement with Respect to Germany, conhecido como Acordo 2+4, tratou da reunificação alemã e de questões da segurança europeia após a dissolução da URSS. Uma Alemanha reunificada e parte da OTAN significou um alargamento territorial ocidental e levantou questões sensíveis a uma Rússia fragilizada no pós-Guerra Fria.

por Aschot Manutscharjan (2010), expôs que estava no horizonte do Kremlin o desenvolvimento de armamentos de alta tecnologia, o uso de tecnologias da informação durante combates e de equipamentos não-nucleares. Esse estímulo ocorreu em um contexto onde se buscava a reversão da decadência do potencial militar russo que se deu nos anos 1990. Durante a presidência de Boris Yeltsin (1991-1999), marcada pelo choque neoliberal imposto à Rússia (Nesvetailova, 2005), houve grandes cortes no orçamento de defesa, sendo os investimentos direcionados apenas à manutenção parcial da capacidade nuclear do país (Eckert, 2004, p. 12 *apud*. Mazat; Serrano, 2012). Entretanto, a partir da chegada de Vladimir Putin à presidência em meio a ofensivas contra a soberania nacional russa³, passou a ser promovida pelo governo a retórica de recondução da Rússia à posição de potência, capaz de proteger seus interesses e garantir a manutenção de sua esfera de influência. Era o projeto nacionalista de recuperação do Estado russo (Mazat; Serrano, 2012; Medeiros, 2011) que estava se manifestando através dos estímulos ao complexo militar-industrial.

Em 2000, pela primeira vez desde 1992, a Federação Russa aumentou seu orçamento de defesa. Em 2003, foram entregues à Força Aérea russa os primeiros caças novos desde 1992, assim como helicópteros de ataque em 2004. Em 2006, começou, também, o fornecimento à Força Aérea do Sukhoi 34, novo avião voltado ao ataque de longa distância (Mazat; Serrano, 2012, p. 17).

É certo que a modernização do aparato militar tem raízes na percepção de ameaça do Kremlin em relação ao Ocidente. Porém, não somente decisões militares estão contidas no sistema reativo da política externa russa, mas também aspectos econômicos e comerciais, que são mobilizados pela Rússia em direção aos países ex-soviéticos (Newnham, 2011; Reuters, 2022).

Em terceiro lugar, trazemos para a discussão a política do *stick and carrot* direcionada aos países da CEI. Concisamente, a Rússia utiliza medidas punitivas (*stick*) ou fornece recompensas (*carrots*) a fim de influenciar o comportamento dos Estados da ex-URSS, de forma a mantê-los sob sua esfera de influência. Ao longo dos governos Putin-Medvedev, Moscou utilizou suas grandes reservas de petróleo e gás como alicerces dessa política. Assim, tornou-se possível retardar o

³ Aqui, referimo-nos ao bombardeio da OTAN sobre a Sérvia em 1999, resultante do avanço programado do Ocidente no espaço pós-soviético e às ameaças terroristas provenientes do conflito na Chechênia.

processo de expansão euro-atlântica em alguns Estados do espaço pós-soviético. A título de exemplo, governos que demonstram ter uma diplomacia inclinada aos interesses russos na região recebem petróleo e gás subsidiado, enquanto governos que se aproximam do institucionalismo UE-OTAN enfrentam interrupções na oferta de e aumento nos preços (Newnham, 2011).

Esse pilar da política externa russa se revelou também no tratamento dado à Ucrânia na primeira metade dos anos 2000. Fazia-se uso da *carrot* quando decisões pró-Rússia eram tomadas pelo governo ucraniano, como um desconto de 30% na compra de gás russo e do *stick* no imediato pós-Revolução Laranja (2004)⁴. Após a eleição de Yushchenko, Moscou aumentou o preço do gás exportado à Ucrânia (Wache, 2014 *apud*. Manuel, 2018). No caso de Belarus, que obtém quase todo seu gás da Rússia, benefícios vêm sendo conferidos nas operações de compra de gás. Em 2006, o gás comprado por Belarus tinha um valor quase cinco vezes menor do que o vendido ao governo pró-Occidente que se estabelecia na Ucrânia (Vinocur, 2006 *apud*. Newnham, 2011). O alívio dado ao país até o presente momento se sustenta pela proximidade que o governo Lukashenko tem com o Kremlin e devido ao suporte dado pela diplomacia bielorrussa a Moscou. Concluimos, portanto, que a dinâmica aqui exposta consiste em uma maneira da Rússia exercer um poder de veto indireto (Matsaberidze, 2015) ao alargamento ocidental em países do espaço pós-soviético.

A abordagem da situação na Moldávia ao longo da próxima seção retrata tanto a efetividade da política de *stick and carrot* (Kennedy, 2016; Tostes; Renni, 2021) quanto o uso bem sucedido de para-Estados. No caso, o território separatista da Transnístria é mobilizado como um veto indireto aos avanços do Ocidente direcionados à fronteira russa (Beyer; Wolff, 2016; Devyatkov, 2012; Miarka, 2020; Sanchez, 2009).

4 A Revolução Laranja de 2004 se deu após escândalos envolvendo o então presidente Leonid Kuchma e o primeiro-ministro Viktor Yanukovich, candidato às eleições contra Viktor Yushchenko. Em meio a denúncias de fraude eleitoral que teriam sido perpetradas pelo governo Kuchma, milhares de apoiadores de Yushchenko foram às ruas em protesto contra a suposta fraude. Posteriormente, a Suprema Corte ucraniana anulou os resultados que davam a vitória a Yanukovich e marcou uma nova data para o segundo turno das eleições. Com isso, foi Yushchenko foi eleito, marcando uma reversão da proximidade ucraniana com a Rússia, que existia durante a presidência de Kuchma (McFaul, 2007).

4 A estratégia da Rússia para a Moldávia e o uso da Transnístria

A política externa da Rússia em relação à Moldávia é reativa e esteve sujeita ao movimento oscilante moldavo de, ora alinhar-se ao eixo euro-atlântico e ora visar a manutenção dos laços com Moscou. Analisar o caso da Moldávia e da Transnístria é relevante para compreendermos a postura da Rússia e comprovarmos sua reatividade. Para tal, nos amparamos nas dinâmicas nacionais do governo interno da Moldávia e suas decisões diplomáticas ao longo do ano, que foram encaradas por Moscou de diferentes formas.

Observando a cronologia da política doméstica moldava de 2001 a 2022, verificamos mudanças de postura do país ao longo dos governos. A partir do início do primeiro mandato de Vladimir Voronin (2001-2005), a Moldávia assumiu uma postura alinhada à Rússia, na linha do que propunha o Partido dos Comunistas da República da Moldávia (PCRM) à época (Kennedy, 2016; Quinlan, 2004). Durante o período, a Moldávia buscou aumentar o engajamento com a CEI e negociou junto à diplomacia russa para solucionar o impasse da Transnístria com o Memorando de Kozak⁵ em 2003.

Entretanto, o segundo mandato (2005-2009) ficou marcado por uma ruptura em relação ao período anterior. A recusa de Voronin em assinar o Memorando de Kozak antes do fim do primeiro mandato foi um dos pontos-chave para compreendermos a brusca mudança. O PCRM estava pressionado interna e externamente. Internamente, a estrutura de uma Moldávia federalizada e o poder de veto dado às regiões separatistas preocupou a alta cúpula do governo moldavo, visto que essa estrutura deixaria vulnerável a centralidade política de Chisinau dando superpoderes à Transnístria, que agora teria grande nível de influência nas decisões políticas do país. Externamente, a proposta russa foi criticada pelo Ocidente por

5 O Memorando Kozak tem esse nome devido ao engajamento de Dimitri Kozak, o então vice-chefe da administração presidencial russa. A proposta apresentada foi a de resolução do conflito congelado da Transnístria concedendo à região um alto nível de autonomia. O memorando propunha a criação de uma federação moldava que incluiria a Transnístria e a Gagaúzia (outra região separatista) como entidades autônomas. Além disso, essas regiões administrativas teriam poder de veto em decisões legislativas, influenciando nas decisões nacionais de política externa e segurança, por exemplo. A presença militar russa na Transnístria seria mantida até 2020, mas não havia garantias claras sobre a retirada dessas tropas após o período definido (ver Quinlan, 2008; Potter, 2022; Solovyov, 2023).

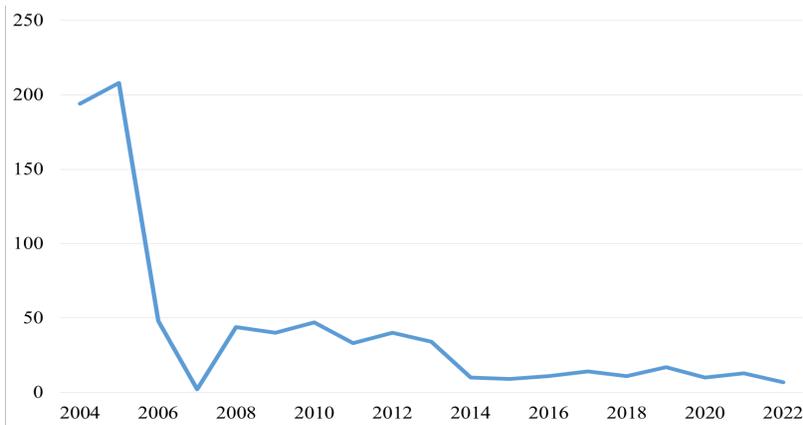
conta de o memorando acabar permitindo que a Rússia, através da Transnístria, exercesse influência sobre o Estado moldavo como um todo, afastando o país da desejada aproximação ao eixo UE-OTAN (Kennedy, 2016). Outras razões que levaram a Moldávia à desistência incluíam o temor de acabar descontinuando o processo de aproximação com o institucionalismo euro-atlântico, já nas etapas iniciais (Morari, 2016).

A não-aceitação da proposta russa foi encarada por Moscou como um claro aceno da Moldávia ao Ocidente, mais notadamente à UE. Isso se confirmou, já que em 2005 (primeiro ano do segundo mandato), a Moldávia assinou o Plano de Ação (AP) com a UE, que estabeleceu parâmetros iniciais para o país se alinhar às determinações do bloco. Eventos dessa natureza são encarados pela Rússia como uma clara ameaça à sua esfera de influência junto aos Estados pós-soviéticos decorrente das investidas ocidentais. Para além da UE, a perspectiva russa se confirma em decorrência de eventos de engajamento da Moldávia com a OTAN, relação esta que teve avanço a partir do segundo mandato de Voronin.⁶ Em 2006, a Moldávia assinou o Plano de Ação para Parceria Individual (IPAP) com a organização (Euro-news, 2023), focando em reformas militares e cooperação técnica com os países membros da OTAN, um claro aceno ao Ocidente (OTAN, 2023b)..

Dessa maneira, Moscou passou a aplicar o “*stick*”, impondo sanções comerciais à Moldávia, principalmente sobre a exportação de vinhos do país para o mercado russo, tendo um impacto econômico negativo (Quinlan, 2008). O banimento à importação aos vinhos moldavos começou efetivamente em 2006 (Gráfico 1) e fez com que o volume de exportações caísse vertiginosamente, não tendo, até hoje, retornado aos níveis pré-2006. Com o passar dos anos, essa restrição se estendeu a bens agrícolas, utilizando como justificativa preocupações sanitárias (Reuters, 2023; Tanas, 2023).

⁶ A Constituição da Moldávia garante o status de neutralidade militar do país, impedindo que forças militares estrangeiras se estabeleçam em seu território. Apesar disso, o país engaja em esforços cooperativos com a OTAN desde 1992, quando se juntou ao Conselho de Cooperação Norte-Atlântico. Em 1994, a Moldávia passa a participar do Programa de Parceria pela Paz da OTAN, parcerias estas que continuaram se desenvolvendo ao longo dos anos (OTAN, 2023b). Todavia, a neutralidade garantida pela constituição torna improvável uma adesão da Moldávia à OTAN, apesar da discreta mobilização da aliança norte-atlântica nos discursos dos líderes pró-Ocidente (Lynch, 2023).

Gráfico 1: Volume de exportação de vinhos da Moldávia à Rússia em US\$ milhões (2004-2022)



Fonte: Elaboração própria com base em ITC Trade Map (2024).

Entendemos, portanto, que o Memorando de Kozak foi marcante para a compreensão de uma nova era para a política externa da Rússia para a Moldávia. A tendência de maior aproximação com o Ocidente se manteve após o fim do governo Voronin. Os governos Ghimpu (2009-2010) e Lupu (2010-2012), que se seguiram após a renúncia de Voronin em 2009, estenderam seus compromissos com a euro-integração. O cenário político moldavo a partir de 2009 ficou marcado pelas coalizões partidárias pró-ocidentais, como a Aliança para a Integração Europeia (AIE) e a Coalizão Pró-Europeia (Tostes; Renni, 2021).

Esses agrupamentos partidários carregavam ideais favoráveis à euro-integração e fizeram parte da base parlamentar do governo Timofti (2012-2016), quando ocorreu a assinatura do Acordo de Associação (AA) com a UE. A assinatura do AA é extremamente relevante na trilha para uma adesão completa à UE. Isso porque o AA promove, entre outras determinações, o alinhamento político com Bruxelas e seus “valores” (Morari, 2016), fator que desperta hostilidades por parte da Rússia.

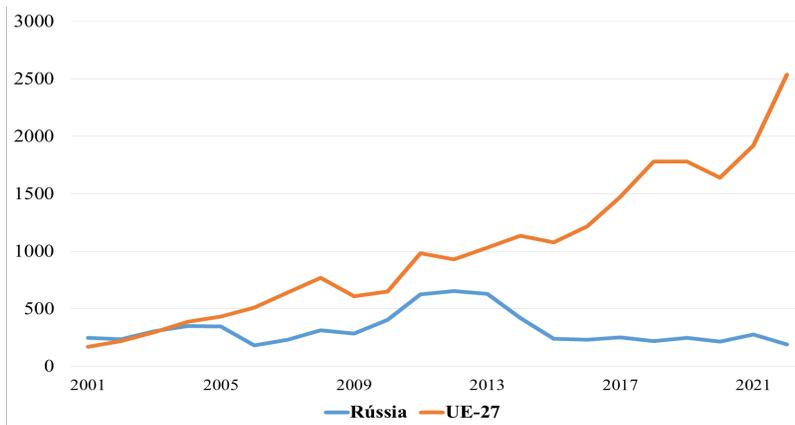
Com a eleição de Igor Dodon (2016-2020), candidato do Partido dos Socialistas da República da Moldávia (PSRM), a presidência passou a ser menos disruptiva em relação a Moscou. A dificuldade enfrentada por Dodon que impediu

medidas “pró-Rússia”⁷ foi a barreira de um parlamento dominado pelas coalizões pró-Occidente, que limitavam políticas de apaziguamento com Moscou. Na prática, iniciativas do eixo UE-OTAN no país continuavam ganhando espaço na Moldávia, que inclusive permitiu a abertura de um escritório da OTAN em Chisinau em 2017 (OTAN, 2023b). Visvto isso, a Rússia não mudou sua postura em relação à Moldávia, mantendo restrições comerciais e garantindo a permanência do impasse na Transnístria, bem como a manutenção da presença militar na região (Potter, 2022).

A fim de uma representação visual, observamos no Gráfico 2 que o volume exportado pela Moldávia à Rússia apresentou sucessivos decréscimos, enquanto as exportações para os 27 países membros da UE (UE-27) aumentaram consideravelmente. Em 2006, conforme já mencionado, a Rússia restringiu importações de vinho moldavo, parte significativa de sua pauta exportadora para o país. Como resultado, a queda é notada no volume total de exportações. Em 2013, a Moldávia foi afetada pela restrição russa em relação a produtos agrícolas, como frutas e vegetais (Tanas, 2023), pressionando as exportações moldavas após a divulgação de planos do país na assinatura do AA. O evento fez com que a Rússia estendesse o embargo, que foi sentido nos anos seguintes. Desde então, restrições russas à compra de produtos moldavos se mantiveram, retraindo ainda mais o volume total exportado pela Moldávia à Rússia (Reuters, 2022). Ao mesmo tempo, a integração comercial com a países da UE-27 só se aprofundou, em simultâneo à aproximação moldava do eixo UE-OTAN.

⁷ Acusações que apontam para o viés “pró-Rússia” recaem sobre o ex-presidente até os dias de hoje. Atualmente, essa retórica é utilizada pelos governos pró-ocidentais (ver Romaliyska, 2024).

Gráfico 2: Volume exportado pela Moldávia à Rússia e à UE-27 em US\$ milhões (2001-2022)



Fonte: Elaboração do própria com base em ITC Trade Map (2024), OEC (2024) e WITS (2024).

As barreiras e embargos comerciais são parte relevante da Política Externa Reativa que pauta a relação russo-moldava desde os primeiros acenos da Moldávia ao institucionalismo ocidental. Nesse sentido, o governo de Maia Sandu (2020-presente) marcou o retorno da presidência da Moldávia ao estreitamento de laços com o eixo UE-OTAN. Sandu, ex-economista do Banco Mundial, vocifera hostilidades do Ocidente frente à Rússia e promete avançar na integração europeia, alegando preocupações de segurança nacional após o início da Guerra da Ucrânia em 2022 (Perelman, 2023). Logo, não é surpreendente que o distanciamento entre Moldávia e Rússia cresça cada vez mais (Perelman, 2023).

Apesar desse distanciamento e dos recorrentes movimentos moldavos em direção ao Ocidente, a existência do para-Estado da Transnístria ainda é um empecilho para a euro-integração. A Rússia, com o poder de influência que conquistou junto à Transnístria, consegue apoiar movimentos separatistas e insuflar iniciativas de secessão, inclusive utilizando da força militar estacionada na região (Beyer; Wolff, 2016; Potter, 2022). Sem dúvida, a mobilização de embargos econômicos é útil como estratégia de manter a Moldávia na esfera de influência russa (Devyatkov, 2012). Porém, o impasse transnístrio é mais efetivo ao enfraquecer uma integração europeia total. Isso porque instituições ocidentais temem a existência de conflitos

não-resolvidos em seus Estados membros, como é o caso da Sérvia e a questão do Kosovo (International Crisis Group, 2024).

Como a manutenção do conflito congelado é negativamente percebida pelas elites separatistas, que desejam desde os anos 1990 um posicionamento mais claro por parte da Rússia, Moscou precisa continuar incentivando a Transnístria como elemento estratégico de barganha. Desde o cessar-fogo, a Rússia apoia lideranças nacionais, garantindo sustentabilidade econômica ao pequeno para-Estado. Nos anos de 2022 e 2023, por exemplo, houve interrupções no fornecimento de gás russo à Moldávia enquanto o fornecimento era mantido para a Transnístria (Devyatkov, 2012). Porém, não é só o gás natural que é subsidiado pela Rússia. A assistência financeira à Transnístria se estende, abarcando também o pagamento de pensões e rendas assistenciais à população e a política de “passaportização” (Nagashima, 2019). As relações atuais ficaram mais tensas a partir de leis moldavas mais duras contra o separatismo (Necsutu, 2023), mirando diretamente autoridades da Transnístria. Isso levou à adoção de posturas mais incisivas por parte do governo separatista, inclusive com rumores da organização de um referendo pedindo a anexação do território pela Rússia (Barros, 2024).⁸

Considerações Finais

Partindo do que foi exposto no presente artigo, fica evidente a constatação da reatividade na política externa russa. No mais, a partir do caso particular da Moldávia, fica explícito que esta se baseia no estímulo a grupos separatistas pró-russos no antigo espaço de influência soviético e a partir de medidas características do *stick and carrot*. O trabalho buscou abordar as disputas geopolíticas no espaço pós-soviético, destacando o posicionamento da Política Externa Reativa frente ao institucionalismo euro-atlântico na região. Identificamos, portanto, o papel do eixo UE-OTAN nas investidas ocidentais em direção ao Leste Europeu e revelamos como essa dinâmica gerou respostas de Moscou em diversas frentes. Exemplos dessas respostas incluem o uso de sanções econômicas e o apoio a

⁸ A Transnístria já havia organizado um referendo no ano de 2006 quando, segundo fontes russas e transnístrias, 97% dos votos foram favoráveis à união com a Rússia e 3% votaram a favor da manutenção da Transnístria como parte da Moldávia (Devyatkov, 2012). Em 2024, a região separatista voltou a ocupar as manchetes a partir de rumores de que seria organizado um outro referendo sobre a anexação da Transnístria pela Rússia (Barros et al., 2024).

para-Estados com o objetivo de conter os avanços euro-atlânticos. Assim, a política externa russa é fundamentada no interesse da manutenção de zonas de influência no Leste Europeu. A Moldávia, como Estado ex-soviético, é um caso que explicita as dinâmicas das esferas de influência.

Dessa maneira, a intensificação dos avanços ocidentais provoca um aumento da presença militar (por exemplo, a mobilização de armamentos e tropas) e política (a aproximação por meios diplomáticos e por meio da oferta de benefícios econômicos) da Rússia nessas áreas. Concluímos que as recentes posições adotadas pela Rússia na arena geopolítica internacional sinalizam a continuidade de sua Política Externa Reativa. As tensões recentes no contexto da Guerra da Ucrânia indicam um agravamento das percepções de ameaça tanto pelo Ocidente, quanto por Moscou, que aparecem constantemente com rumores de conflitos no debate público europeu. A busca pela manutenção dos impasses nos para-Estados e da política do *stick and carrot* em ex-repúblicas são exemplos de estratégias da Rússia que continuarão como ferramenta central para a contenção dos interesses do Ocidente, impondo obstáculos a futuros processos de adesão à UE e à OTAN. Por sua vez, esse ímpeto de contenção se dá devido à percepção contínua de ameaças, que se dá em um ciclo vicioso.

No centro desses imbrólios está a Moldávia, que surge como um caso de análise da aplicação prática da Política Externa Reativa por parte de Moscou. Oscilações da dinâmica política doméstica moldava (ora pró-Ocidente, ora “pró-Rússia”) avultavam as pressões geopolíticas impostas pela Rússia, enfrentadas política e economicamente. Da mesma forma, a mobilização do conflito congelado da Transnístria operada pela diplomacia russa exemplifica uma das manifestações da reatividade frente ao eixo UE-OTAN (no caso da Moldávia, a integração com a UE tem maior peso que uma improvável adesão à OTAN). A constatação da reatividade russa, construída desde os anos 1990, serve para compreendermos em termos macro, a própria ofensividade do Ocidente e seus desdobramentos, bem como as implicações desta para o sistema de segurança europeu atual, abalado pelas ações de Moscou no espaço pós-soviético.

Russia's Reactive Foreign Policy in Eastern Europe: Evidence from Western Offensives and the Moldova Case

Abstract: The purpose of this article is to underscore the paramount importance of understanding what we define as Russia's Reactive Foreign Policy and its evolution amidst the rivalries in the post-Soviet space. The emergence of Russian reactivity can be attributed to Western geopolitical advances, particularly the expansionist actions of the EU and NATO in Eastern Europe. By exploring the foundations of the Reactive Foreign Policy, we can discern the Russian strategies aimed at preserving its position in the region. These strategies are evident in the region's states, such as Moldova, which grapples with the persistent challenges of Transnistria, a situation that Moscow has exploited for decades. Therefore, it is crucial to grasp the significance of Russian reactivity in an era marked by intense debates on post-Soviet geostrategy.

Keywords: Reative Foreign Policy; Russia; EU-NATO; West; Moldova; Transnistria.

Bibliografia

ALEXEEV, D. NATO Enlargement: A Russian Outlook. **Conflict Studies Research Centre**, v. 4, n. 33, 2004.

BANDOV, G.; KOLMAN, N. H. Research on Europeanization in Literature: From the Top-down Approach to Europeanization as a Multi-directional Process. **CADMUS**, v. 3, n. 5, p. 134-144, 2018.

BARROS, G. *et al.* Warning: Transnistria may organize a referendum on annexation to Russia to support Russian hybrid operation against Moldova. **Institute for the Study of War**, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.understandingwar.org/background/warning-transnistria-may-organize-referendum-annexation-russia-support-russian-hybrid>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BBC. Russia condemns Nato's expansion. **BBC News**, Londres, 1 abr. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3587717.stm>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BEYER, J.; WOLFF, S. Linkage and leverage effects on Moldova's Transnistria problem. **East European Politics**, v. 32, n. 3, p. 335-354, 2016.

BULLER, J.; GAMBLE, A. Conceptualizing Europeanisation. **Public Policy and Administration**, v. 17, n. 2, p. 4-24, 2002.

DEMPSEY, J. NATO's Eastern Flank and its Future Relationship with Russia. **Carnegie Europe**, n. 318, 2017.

DEVYATKOV, A. Russian Policy Toward Transnistria: between multilateralism and marginalization. **Problems of Post-Communism**, v. 59, n. 3, p. 53-62, 2012.
DIBB, P. **Why Russia is a threat to the international order**. Barton: Australian Strategic Policy Institute, 2016.

EMSTEVA, J. Why 2+4 Does Not Always Add Up: In Search of NATO's Non-Enlargement Promises. **OpinioJuris**, 11 mar. 2023. Disponível em: <http://opiniojuris.org/2022/03/11/why-24-does-not-always-add-up-in-search-of-natos-non-enlargement-promises/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

EURONEWS. Moldávia mantém neutralidade, mas começa a ponderar adesão à NATO. **Euronews**, 26 fev. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/02/26/moldavia-e-nato-paia-mantem-neutralidade-mas-ideias-comecam-a-mudar>. Acesso em: 4 nov. 2024.

FEATHERSTONE, K.; RADAELLI, C. **The Politics of Europeanization**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FIDLER, S.; SEVASTOPULO, D. Putin rails against US foreign policy. **Financial Times**, 10 fev. 2007. Disponível em: <https://www.ft.com/content/b4eef8e6-b91d-11db-a5bc-0000779e2340>. Acesso em: 1 nov. 2024.

FRIEDMAN, G. The Russo-Georgian war and the balance of power. **Geopolitical intelligence report**, v. 12, 2008.

GRAY, A. Bucharest declaration: NATO's Ukraine debate still haunted by 2008 summit. **Reuters**, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/natos-ukraine-debate-still-haunted-by-bucharest-pledge-2023-07-10/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GONCHARENKO, R. Zapad-2017: 'Normal military business'. **Deutsche Welle**, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/zapad-2017-normal-military-business/a-40710010>. Acesso em: 30 abr. 2024.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Toward Normal Relations between Kosovo and Serbia. **International Crisis Group**, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/balkans/kosovo-serbia/toward-normal-relations-between-kosovo-and-serbia>. Acesso em: 2 nov. 2024.

ITC TRADE MAP. Trade Map. **International Trade Centre**, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://www.intracen.org/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

KENNEDY, Ryan. The limits of soft balancing: the frozen conflict in Transnistria and the challenge to EU and NATO strategy. **Small Wars & Insurgencies**, v. 27, n. 3, p. 512-537, 2016.

LYNCH, S. Time to join NATO? Moldova eyes joining 'a larger alliance'. **Politico**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/maia-sandu-moldova-nato-alliance-joining-ukraine-war-russia-invasion/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

MANUEL, H. **A Reformulação da Política Externa Russa Durante a Presidência Putin-Medvedev**. 2018. 273f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

MANUTSCHARJAN, A. Russlands Sicherheitspolitik unter Präsident Dmitrij Medwedew. **Z Außen Sicherheitspolit**, v. 10, p. 477-488, 2010.

MATSABERIDZE, D. Russia vs. EU/US through Georgia and Ukraine. **Connections**, v. 14, n. 2, p. 76-86, 2015.

MAZAT, N.; SERRANO, F. A Geopolítica das Relações entre a Federação Russa e os EUA: da "Cooperação" ao Conflito. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012.

MCFAUL, M. Ukraine Imports Democracy: External Influences on the Orange Revolution. **International Security**, v. 32, n. 2, p. 45-83, 2007.

MORARI, C. EU Role in the Republic of Moldova European Integration Within Eastern Partnership. **CES Working Papers**, v. 8, n. 3, p. 410-425, 2016.

MEARSHEIMER, J. Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, v. 93, n. 5, p. 77-89, 2014.

MEDEIROS, C. A economia política da transição na Rússia. *In*: ALVES, A. **Uma longa transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011.

MIARKA, A. Para-states as an instrument for strengthening Russia's position-the case of Transnistria. **Journal of Strategic Security**, v. 13, n. 2, p. 1-18, 2020.

MINKINA, M.; KASZUBA, M. Color Revolutions as a Threat to Security of the Russian Federation: The Analysis of Russian Perspective. **Torun International Studies**, v. 1, n. 14, p. 77-92, 2021.

MOURITZEN, H.; WIVEL, A. **Explaining foreign policy: international diplomacy and the Russo-Georgian war**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2012.

NAGASHIMA, T. Russia's passportization policy toward unrecognized republics: Abkhazia, South Ossetia, and Transnistria. **Problems of Post-Communism**, v. 66, n. 3, p. 186-199, 2019.

NECSUTU, M. Moldova 'Separatism Law' Sparks Tensions With Breakaway Transnistria. **Balkan Insight**, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2023/02/08/moldova-separatism-law-sparks-tensions-with-breakaway-transnistria/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

NESVETAILOVA, A. Globalization and post-Soviet capitalism: Internalizing neoliberalism in Russia. *In*: SOEDERBERG, S.; MENZ, G.; CERNY, P. **Internalizing Globalization: The Rise of Neoliberalism and the Decline of National Varieties of Capitalism**. Chippenham: Palgrave McMillan, 2005.

NEWNHAM, R. Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool. **Journal of Eurasian Studies**, v. 2, p. 134-143, 2011.

OEC. Russia-Moldova bilateral trade relations. **Observatory of Economic Complexity**, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 1 nov. 2024.

OTAN. NATO's military presence in the east of the Alliance. **North Atlantic Treaty Organization**, 8 dez. 2023a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136388.html. Acesso em: 30 abr 2024.

OTAN. Relations with the Republic of Moldova. **North Atlantic Treaty Organization**, 26 mai. 2023b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49727.html. Acesso em: 4 nov. 2024.

PERELMAN, M. Moldovan President Maia Sandu: ‘The West should support Ukraine more’. **France24**, 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.france24.com/en/tv-shows/t%C3%A0te-%C3%A0-t%C3%A0te/20230918-moldovan-president-maia-sandu-the-west-should-support-ukraine-more>. Acesso em: 4 nov. 2024.

POTTER, B. Unrecognized Republic, Recognizable Consequences: Russian Troops in “Frozen” Transnistria. **Journal of Advanced Military Studies**, v. 13, n. 1, p. 168-188, 2022.

QUINLAN, P. A foot in both camps: Moldova and the Transnistrian conundrum from the Kozak memorandum. **East European Quarterly**, v. 42, n. 2, 2008.

QUINLAN, P. Back to the Future: An Overview of Moldova Under Voronin. **Demokratizatsiya**, v. 12, n. 4, 2004.

SANCHEZ, W. Alejandro. The “Frozen” Southeast: How the Moldova-Transnistria question has become a European geo-security issue. **Journal of Slavic Military Studies**, v. 22, n. 2, p. 153-176, 2009.

SOLOVYOV, V. A Resolution to the Transnistria Conflict Is More Distant Than Ever. **Carnegie Politika**, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2023/12/a-resolution-to-the-transnistria-conflict-is-more-distant-than-ever?lang=en>. Acesso em: 4 nov. 2024.

REUTERS. Russia restricts imports of agriculture products from Moldova. **Reuters**, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/europe/russia-restricts-imports-agriculture-products-moldova-2022-08-09/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ROMALIYSKA, I. Pro-Russian Dodon Blames ‘All Sides’ For Ukraine War, Won’t Pledge To Accept Vote Results In Moldova. **Radio Free Europe**, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/dodon-ukraine-war-wont-pledge-to-accept-vote-results-moldova/33011114.html>. Acesso em: 4 nov. 2024.

TANAS, A. Moldova denounces new Russian ban on fruit imports. **Reuters**, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/>

moldova-denounces-new-russian-ban-fruit-imports-2023-12-01/. Acesso em: 4 nov. 2024.

TOSTES, A. P.; RENNI, Y. The Europeanization dynamic in the Republic of Moldova. **Debater a Europa**, n. 25, p. 55-74, 2021.

WITS. Trade stats. **World Integrated Trade Solution**, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>. Acesso em: 1 nov. 2024.

ZIEBA, R. **The Euro-Atlantic Security System in the 21st Century: From Cooperation to Crisis**. Cham: Springer, 2018.